

## **A formalização da economia no Mercado de trabalho e a proteção Social no contexto da Pandemia COVID19 – desafios para a igualdade de género no espaço da CPLP.**

Timor-Leste reconhece a importância do emprego formal para alcançar o crescimento económico inclusivo e a construção do país.

*“O crescimento económico deve resultar da capacidade aprimorada do povo timorense em se envolver em atividades produtivas, ao invés da existência fortuita de recursos naturais.*

*Neste sentido, o emprego produtivo deve ser o principal meio de construção do país e criação de riqueza”.* O emprego produtivo deve ser a base para melhorar a qualidade de vida do agregado familiar e a prosperidade do país em geral, onde a participação equitativa de homens e mulheres será a única maneira de alcançar o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento social. Esta é a determinação do governo de Timor-Leste previsto na sua Estratégia Nacional de Emprego, 2017 – 2030.

Timor-Leste tem uma ampla base de recursos humanos e naturais potenciais.

Entre 2010 e 2013, Timor-Leste criou 50.643 novos postos de trabalho, mas apenas 8.323 empregos formais, tendo em conta que 42.320 foram empregos no sector informal. Em 2016, a Secretaria de Estado para a Formação Profissional e Emprego em colaboração com a Direção Geral das Estatísticas realizaram mais uma mini pesquisa sobre a força de trabalho e registaram um total de 304.00 trabalhadores entretanto, 109.700 constituem trabalhadores de subsistência sendo os restantes 194.300 trabalhadores no sector formal e informal. Infelizmente não desagregaram o número de trabalhadores formais e informais. Dos 304 trabalhadores supra-citados, 179.800 são mulheres e 124.200 são homens.

Em 2019, segundo pesquisas feitas pela Secretaria de Estado para a Formação Profissional e Emprego, registou-se um total de 53.663 empregados nas diversas empresas em Timor-Leste, sendo 18.202 mulheres e 35,461 homens.

O desafio para Timor-Leste é criar um número significativo de novos postos de trabalho para absorver o grande número de pessoas que estão atualmente fora da força de trabalho (formalizar o emprego)

Transformar a economia é um processo a longo prazo. Evidências têm demonstrado a existência de muitos desafios no processo. Os fracos níveis de formação académica e os

desafios ainda existentes em matéria da melhoria de competências técnicas e profissionais da força de trabalho em Timor-Leste, são alguns dos principais constrangimentos ao desenvolvimento de recursos humanos e, portanto, da transformação da economia e facilitação do crescimento inclusivo.

O mercado de trabalho timorense tem verificado um desenvolvimento dinâmico e misto nos últimos anos evidenciando uma transição da agricultura de subsistência para uma agricultura mais orientada para o mercado, e da agricultura em geral para atividades económicas não agrícolas, o número de pessoas envolvidas na agricultura de subsistência diminuiu de 206.300 para 178.900 entre os anos 2010 e 2013, enquanto o número de agricultores que produzem principalmente para o mercado aumentou de 36.500 para 48.600.

No entanto, a pequena economia formal não pôde criar empregos suficientes para corresponder ao crescimento rápido da força de trabalho.

Até o presente, o Governo através do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial já providenciou formações a quase cinco mil micro empresas contudo em termos de acesso ao crédito, o Instituto continua em discussão com o Banco Central de Timor-Leste sobre os critérios a aplicar, o que significa que, as micro empresas que beneficiaram de formação ainda não beneficiaram de acesso ao crédito mas que se acredita, está previsto para muito brevemente.

Timor-Leste também enfatiza o programa de formação profissional aos trabalhadores que pretendem ir trabalhar no Estrangeiro ( Coreia do Sul e Austrália). Brevemente, serão realizados testes profissionais para cerca de 14 mil trabalhadores que pretendem ir trabalhar na Austrália, esse programa deveria ter sido implementado no início do ano mas devido ao Surto da Pandemia COVID19 ficou adiado.

Em 2019, os trabalhadores timorenses na Coreia do Sul e na Austrália contribuíram para as receitas do Governo de Timor-Leste, respetivamente, \$ 3,862,589.79 e \$ 5,460,771.76.

Durante o Estado de Emergência do COVID 19, muitas empresas viram-se obrigadas a parar os contratos de muitos trabalhadores/as. Então, o Governo de Timor-Leste tentou concertar as comunicações com as companhias para reempregar os/as seus/suas trabalhadores/as. Neste contexto, o Governo decidiu fazer o pagamento de 60% do salário aos trabalhadores/as inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social como uma medida para assegurar o emprego desses trabalhadores no pós-covid19. Os 60% do salário são transferidos diretamente para as contas bancárias de cada um/a dos/as trabalhadores/as ouvido as companhias. Caso algumas companhias que durante o período do Estado de Emergência tenha pago 80% do salário ao seu/sua trabalhador/a, então o Governo só tem a pagar ao trabalhador/a 20% e os restantes

40% são transferidos para a conta da companhia. Segundo dados do Instituto Nacional de Segurança Social, até meados de Julho de 2020, numa primeira fase de pagamento, 1794 trabalhadores já receberam os seus subsídios somando um total de \$ 655,976.00, E continuarão a segunda fase com um montante de \$745,930,17 para um total de 1 893 trabalhadores.

O Governo de Timor-Leste através da SEFOPE continua a empenhar como prioridade a formação profissional, apoio à criação de auto-emprego. Por sua vez, a Secretaria de Estado de Cooperativa, aponta como prioridade a reabertura de mercados na zona fronteiriça com o País vizinho, a Indonésia sobretudo no setor de cooperativas.

Entretanto, no âmbito de Proteção Social, o Governo de Timor-Leste tem feito investimentos públicos significativos na área de proteção social, contribuindo com ceca de 15% do Orçamento Geral do Estado em 2017. O sistema de proteção social oferece mais do que 25 diferentes programas implementados pelas instituições do governo dos quais se incluem, fundos de transferência pública, prestação de serviços sociais aos grupos vulneráveis e serviços de saúde e educação gratuitos, generosos subsídios mensais aos idosos/as e inválidos/as e ainda o programa de “Bolsa de mãe” com o objetivo de apoiar as famílias carenciadas.

Através da Lei nº12/2016 de Novembro, Timor-Leste adoptou o sistema de Segurança Social único que visa cobrir todos/as os/as trabalhadores/as em todos os setores e suas famílias.

O Ministério da Solidariedade Social e Inclusão com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Governo de Portugal desenvolveu a Primeira Estratégia Nacional de Proteção Social (2019 – 2030). Essa Estratégia Nacional visa minimizar programas de proteção social isolados e alcançar um sistema de proteção social integrado com maior eficiência e eficácia.

A par do Surto da Pandemia COVID 19, o país também sofreu inundações em vários municípios inclusive Dili, causando destruições de habitações, estradas, pontes e algumas escolas.

Entretanto, com o Surto da Pandemia do COVID19, novas medidas foram tomadas para dar resposta às necessidades básicas da população durante os dois-3 meses consecutivos de Estado de Emergência em vigor.

O Centro Integrado de gestão de crise depois de três meses de operacionalização, foi desmantelado no dia 30 de Junho, dois dias depois do término da Terceira fase do Estado de emergência. O Centro que integrava diferentes instituições do governo, civis e militares, criado com o objetivo de prevenção e combate ao covid-19 foi encerrado pelo Primeiro-Ministro passando todas as funções ao encargo do Ministério da Saúde.

Apesar do encerramento do centro, o Governo na pessoa do Primeiro-Ministro continuou a apelar à população para o cumprimento das regras impostas pelo Ministério da Saúde.

Foram disponibilizados tanques de água potáveis em todos os lugares públicos, nos bairros, sucros, aldeias, escolas, aliás, esta é uma das atividades relevantes que o Governo de Timor-Leste e algumas das Organizações nacionais e internacionais realizaram desde o início do surto de pandemia do covid-19 em Timor-Leste. Porém, lamentavelmente, as organizações nacionais e internacionais apenas iniciaram mas em termos de sustentabilidade, obviamente passaram à responsabilidade do Governo, o que, torna mais difícil a satisfação das necessidades básicas em todas as escolas.

Recorda-se que Timor-Leste é um dos países que ainda tem dificuldades de acesso à água potável.

O fim do Estado de Emergência proporcionou oportunidades para todas as escolas e universidades que já preenchem os padrões da saúde pública e as atividades económicas voltarem à normalidade, Estão abertas lojas, supermercados e circulação de transportes .

A presença do COVID 19 teve grande impacto à economia de Timor-Leste. A roda económica paralisada, a circulação económica paralisada, e muitas nações implementaram *o lockdown* .

*O Lockdown* teve implicação na importação de bens para Timor-Leste, segundo dados do Banco Central de Timor-Leste, houve uma queda de cerca de 22%.

Entretanto, para dar resposta `a recuperação económica em Timor-Leste, o Governo logo depois do Estado de Emergência, estabeleceu uma Comissão para a Recuperação da Economia de Timor-Leste. A Comissão desenvolveu várias pesquisas e estudos e elaborou um plano de implementação, plano este que de momento, se encontra à espera da aprovação do Conselho de Ministros que deverá ocorrer muito em breve. Por seu turno, o Governo através da Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão desenvolveu novos moldes de apoio a grupos de mulheres com o objetivo de trazer retornos à economia nacional.

Através do Fundo de Transferências Públicas, o Governo financia grupos de mulheres sob os moldes de capital rotativo, isto é, um grupo recebe um montante de orçamento (por exemplo, \$ 5,000.00) para desenvolver uma sua atividade e no final de um ano, o capital deverá passar para outro grupo e assim sucessivamente.) Neste contexto, a Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão está em articulação com o Ministério da Agricultura e Pescas e a Secretaria de Estado de Comércio, Indústria e Turismo, a Secretaria de Estado de Artes e cultura, entre outros para tornar o programa mais eficiente e produtivo.

Por último, gostaria de destacar que, no âmbito do subsídio dado pelo governo às famílias durante o período do Estado de Emergência, de momento, está em fase de implementação o programa de monitorização e avaliação do impacto desse subsídio nas economias das mulheres e portadores de deficiência. O programa é realizado pelas Organizações da Sociedade Civil sob o protagonismo da Rede Feto.